



TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Queli Ghilardi Cancian¹
Ketlin Zanella da Conceição Bonaparte²
Regiane Dias Coitim³
Darlane Espinosa Bagatolli⁴
Gabriela Artini da Silva⁵
Saulo Augusto Borchart⁶
Vilmar Malacarne⁷

Resumo: A Educação é um dos pilares fundamentais na construção histórica e democrática de um país, pela qual se permite acessar à realidade e promover as mudanças significativas no processo de formação. Assim, a educação é marcada por um percurso histórico, que se desenvolve e se modifica conceitualmente ao longo da história até os dias atuais como a conhecemos. A fim de compreender a evolução da educação, traça-se como objetivo a investigação e a descrição da inserção da educação nos períodos Jesuítico, Pombalino, Colonial, Imperial até a chegada da Nova República. Na construção do estudo, optou-se pela revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, desenvolvida a partir da exploração de dados disponíveis nas bases de dados do *Google Scholar*. A partir contextualização histórica buscou-se conhecer a trajetória da Educação no Brasil, é a sua importância no autorreconhecimento de que somos frutos da própria história, na construção ideológica social de um ser autônomo, reflexivo, pensante e atuante na sociedade.

Palavras-chave: Contexto histórico; Educação; Sujeito-histórico.

INTRODUÇÃO

A Educação é um dos pilares fundamentais na construção histórica e democrática de um país, pela qual se permite acessar à realidade e promover as mudanças significativas no processo de formação. Assim, a educação é marcada por um percurso histórico, que se desenvolve e se modifica conceitualmente ao longo da história até os dias atuais como a conhecemos.

¹ Doutoranda, PPGE, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

² Doutoranda, PPGECEM, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

³ Mestranda, PPGECEM, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

⁴ Mestranda, PPGE, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

⁵ Mestranda, PPGECEM, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

⁶ Mestrando, PPGECEM, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

⁷ Doutor, professor PPGE e PPGECEM, Universidade do Oeste do Paraná- UNIOESTE.



O significado do termo história não possui uma única definição. Neste contexto, entende-se por história os fatos e/ou acontecimentos, caracterizados por um conjunto de conhecimento sobre a trajetória e as mudanças do passado. O termo história, confere ainda a compreensão do conceito de “*investigação*” originada do vocabulário grego “*historie*”, ou seja, o conhecimento adquirido mediante a pesquisa. Para Abbagnano (2007), registra no Dicionário de Filosofia, que o significado do termo história

[...] em geral significa pesquisa, informação ou narração e que já em grego era usado para indicar a resenha ou a narração dos fatos humanos, apresenta hoje uma ambigüidade fundamental: significa, por um lado, o conhecimento de tais fatos ou a ciência que disciplina e dirige esse conhecimento (*historia rerum gestarum*) e, por outro, os próprios fatos ou um conjunto ou a totalidade deles (*resgestaé*) (ABBAGNANO, 2007, p.502).

Ainda da compreensão do autor,

[...] Quando se diz: "Isto pertence à H.", entende-se que pertence ao passado, a um passado que tem pouca eficácia sobre o presente. Por outro lado, quando se diz: "Não podemos subtrair-nos à H.", entende-se ainda a H. como passado, mas como um passado que age inevitavelmente sobre o presente. Assim também, dizer que "algo tem H." significa afirmar que tem passado e que é fruto desse passado. Nestas e em semelhantes expressões, o significado desse termo permanece estritamente genérico: remete a uma dimensão do tempo e às relações que podem ser estabelecidas entre ela e as outras dimensões (ABBAGNANO, 2007, p.503).

A partir da compreensão da história no processo da formação do conhecimento humano, traça-se como objetivo a investigação e a descrição da inserção da educação nos períodos Jesuítico, Pombalino, Colonial, Imperial até a chegada da Nova República.

METODOLOGIA

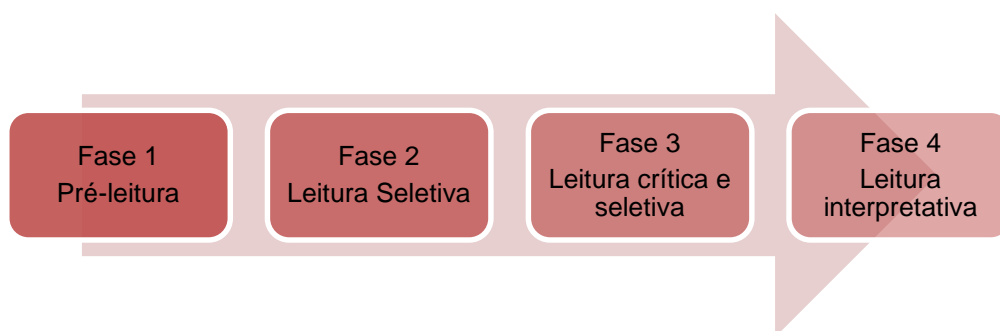
Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva, desenvolvida por meio da revisão bibliográfica. Na orientação da pesquisa definiu-se à priori a categoria “trajetória histórica da Educação”. Para localização dos textos foram considerados os seguintes descritores “História da Educação no Brasil; Características históricas da Educação”, as buscas foram concentradas na base de dados *Google Scholar*, sem restrição de período.

No desenvolvimento da pesquisa, quatro fases foram seguidos, de acordo



com Cervo, Bervian e Silva (2007), apresentadas no organograma da figura 1.

Figura 1: Fases da construção da revisão bibliográfica.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Cervo, Bervian e Silva (2007).

Na primeira fase, ocorreu a seleção dos textos, com base na leitura dos títulos e dos resumos; na segunda fase, buscou-se identificar o conteúdo, e os dados abordados pelo texto; na terceira fase, ocorreu uma análise e seleção dos dados; na quarta e última fase, os dados previamente selecionados foram utilizados para finalidade próprias na elaboração presente do artigo.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

De acordo com Aranha (2012) e Melo (2012), a educação no Brasil se formaliza em 1549, com a chegada dos padres jesuítas. Os religiosos tornam-se responsáveis pela educação e catequização sob o comando do padre Manoel de Nóbrega, até o ano de 1759, quando são expulsos pelo Marquês de Pombal.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, um novo modelo de exploração surge com a implementação de um sistema político-econômico agrário exportador de produtos naturais, que visam à exploração dos diversos produtos naturais extraídos da colônia, destinados à exportação para Portugal e outros países europeus. Tal dominação era garantida pelo pacto colonial, que permitia às metrópoles o direito de explorar suas colônias (MELO, 2012).

Trabalhar a terra administrativamente com o menor custo era o objetivo da



nobreza e da burguesia mercantil, que davam origem ao regime exploratório. Para cultivar e explorar as colônias, era necessária mão de obra que conhecesse geograficamente as colônias e desenvolvesse o trabalho braçal, neste caso, os indígenas. Inicialmente, os colonizadores tentaram conquistar os nativos à força, embora esses não tivessem armas, mas conheciam muito bem seu ambiente, o que facilitava sua rápida movimentação, não permitindo sua fácil captura (ARANHA, 2012; MELO, 2012).

Nesse período, o movimento iniciado por Martinho Lutero, e desejado pelos jesuítas, almejava a ampliação do poder religioso. No Brasil, tal propósito se atribuía à dominação ideológica dos índios, intermediada pela conversão da fé católica, assim, os índios eram ensinados a obedecer e a respeitar os dogmas e as leis religiosas, sob pena de sofrerem castigos por estarem em pecado. A conversão permitiu que os colonizadores dominassem os nativos, atendendo aos seus interesses políticos e econômicos (MELO, 2012).

Segundo Melo (2012), muitos índios resistiram e não se renderam facilmente, o que deu origem a um novo movimento rumo à exploração da mão de obra dos negros trazidos da África no ano de 1568, que foram tornados escravos, com o objetivo de trabalharem na monocultura latifundiária canavieira.

Contudo, estabelecer um sistema educacional, em um ambiente desconhecido e com um povo tribal, era algo muito desafiador. No Brasil, a história da educação foi marcada por 210 anos de coordenação jesuíta, conduzida por planos de estudos desenvolvidos pela Companhia de Jesus, voltada para a promoção dos elementos culturais da Europa, com ênfase no conhecimento das áreas das humanas e na valoração do conhecimento religioso, conduzida “maciçamente a catequese dos índios, e a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra” (ARANHA, 2012, p. 226). Assim, a Companhia de Jesus, com o apoio da coroa portuguesa, assume total domínio do campo educacional.

Uma das características do ensino jesuítico era a competição, estimulada por incentivos, premiações e solenidades, em promoção do reconhecimento dos feitos acadêmicos. Em relação ao processo educacional, “os jesuítas tornaram-se famosos



pelo empenho em institucionalizar o colégio como local por excelência de formação religiosa, intelectual e moral das crianças e dos jovens” (ARANHA, 2012, p. 206). Assim, os jesuítas eram reconhecidos por adotar uma didática de ensino extremamente rígida, norteadada pela prática de exercícios repetitivos, que almejava a memorização (ARANHA, 2012).

O período Pombalino inicia logo após a expulsão dos jesuítas em 1762, pelo, então, primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, compreendendo o período entre (1750-1777).

Contudo, a educação formal, foi introduzida na colônia por Portugal em meados do século XVIII, com a chegada da Universidade de Coimbra, fortemente estabelecida no ensino jesuítico estabelecida nos moldes do *Ratio Studiorum*, orientado pela filosofia de ‘Descartes’, pela ciência físico-matemática e pelos métodos de estudo da língua latina (RIBEIRO, 1984 *apud* MELO, 2012).

A intenção do Marquês era o redirecionamento da educação, a fim de servir os interesses comerciais do Estado, desvinculando a ideia de religião. Segundo Melo (2012), às mudanças introduzidas pelo Marquês foram instituídas por meio do alvará de 28 de junho de 1759. No qual,

[...] o Marquês retirou dos jesuítas a responsabilidade sobre a educação escolar de Portugal e das colônias. Instituiu as denominadas aulas régias de Latim, Grego e Retórica, as quais eram ministradas por professores específicos, de forma autônoma e isolada. Além disso, criou o subsídio literário, resultante de imposto sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente, para a manutenção dos ensinos primário e secundário. Contudo, esta taxa, além de irrisória, não era cobrada regularmente e os professores acabavam recebendo seus vencimentos com muito atraso (MELO, 2012, p.18).

Nesse período a formação dos professores era insuficiente e precária, desprovida de qualquer didática e desvinculada da realidade política, econômica, cultural e histórica do Brasil colônia. Mesmo com a expulsão dos jesuítas, ainda assim o clero era detentor do poder sobre os assuntos educacionais, sob a indicação e nomeação da maioria dos professores que assumiam funções vitalícias a partir da aprovação do bispo (MELO, 2012). A ideia era tornar o ensino laico desprovido de influência religiosa pública e acessível a todos os filhos dos dirigentes, porém, tal intenção não se concretizou, dada a forte influência dos jesuítas.



O período colonial Joanino teve início no ano de 1808, marcado pela abertura dos portos, após pressão dos ingleses, e outros interesses coloniais, bem como a vinda de Dom João VI para a colônia do Brasil, que, segundo Melo (2012), motivou a criação das

[...] Academias Militares; Escolas de Direito e Medicina; da Imprensa Régia (1808) - que possibilitou a divulgação e circulação de informações e ideias, inclusive políticas, entre a população letrada da época; da Biblioteca Real (1810), franqueada ao público em 1814; do Jardim Botânico do Rio (1810) e do Museu Nacional (1818) (MELO, 2012, p. 22).

Durante a permanência de Dom João VI no Brasil, algumas modificações foram realizadas no ensino escolar brasileiro. Contudo, o período é marcado por ações isoladas no ensino, direcionadas à criação de cursos superiores de Matemática, Agricultura, Química, História e Desenho Técnico, e a ruptura do ensino jesuítico. Em suma, naquele momento, a preocupação com o ensino estava centrada no desenvolvimento do conhecimento científico (MELO, 2012).

Neste período, as escolas primárias em nada se modificaram, permanecendo apenas com a função básica de ensinar a ler e escrever. Em relação ao ensino secundário, este, por sua vez, manteve a mesma estrutura de Aulas Régias. Contudo, a educação escolar permaneceu desprovida de qualquer estrutura, sendo praticada de forma fracionada, e, por vezes, desorganizada. Tal problema se constituiu em uma das “lutas da História da Educação no Brasil” (MELO, 2012, p. 23), em prol da emancipação da política do Brasil.

Descontente com o governo, o povo português, no ano de 1820, estimulou a Revolução Constitucionalista, que obrigou a corte de Dom João VI a retornar para Portugal, impulsionando o processo de emancipação política do Brasil em 1822, dando fim ao período colonial Joanino.

O período imperial brasileiro teve início após a Proclamação da República, em 7 de setembro de 1822. O período compreendeu dois impérios, o 1º Império, sob o comando de Dom Pedro I, no período de 1822 a 1831, e o 2º Império, comandado por Dom Pedro II, nos anos de 1840 a 1889 (MELO, 2012).

Neste período, o processo educacional foi drasticamente comprometido, em especial pela falta de formação de professores. Na tentativa de suprir a falta de



professores, adotou-se o “Método Lancaster (ensino mútuo), em que um aluno (decurião) acompanhado por um inspetor de ensino ensinava a um grupo de dez alunos (decúria)” (MELO, 2012, p. 31). Em outras palavras, o método visava a ajustar a falta de professores, passando o dever de ensinar ao aluno com maior conhecimento, sob a supervisão de um inspetor.

Em 1924, surge a primeira Constituição, abordando a ideia de um sistema educacional, contemplado no Art. 179, prevendo “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (MELO, 2012, p. 31), o artigo determinava também a ampliação das instituições educacionais em todas as etapas, do ensino primário ao universitário. Nessa direção, conforme Melo (2012):

[...] em 1826, Januário da Cunha Barbosa apresentou um projeto defendendo a Educação como dever do Estado, bem como a ampliação da quantidade de escolas, com todos os níveis de ensino para atender à demanda nacional, inclusive ofertando escolas de preparação para professores. Em 15 de outubro de 1827, criou-se a lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras por todo o território nacional, estabelecendo currículo e concedendo às meninas o direito de estudar (este foi o único documento geral instituído pelo Estado até o ano de 1946). Foi inaugurado, neste mesmo ano, o Observatório Astronômico no Rio de Janeiro e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda; em 1831, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofício passou a se chamar Academia Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro (MELO, 2012, p. 31).

Neste período, o ensino não era acessível a todos, embora esteja determinado na redação da Lei, ainda assim, não havia quaisquer preocupações em disponibilizar tais vagas, menos ainda preparar professores para esse atendimento (MELO, 2012).

Na tentativa de ampliar a responsabilidade sobre o ensino primário e secundário, um ato adicional foi delegado à constituição de 1834, que deu origem às escolas normais, porém, a falta de professores habilitados concretizou-se em uma barreira para o ensino. Infelizmente, a educação foi deixada de lado, não compreendida como prioridade; assim, o império preferiu dar ênfase apenas às questões políticas e econômicas (MELO, 2012).

De acordo com Aranha (2012) e Melo (2012), a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 marca o fim do Império, conquista de uma aliança firmada entre burguesia e a camada média (formada por militares, religiosos, profissionais liberais e comerciantes), união influenciada pelos ideais positivistas e liberais da



época, dando início ao período conhecido como Novo estado.

O novo governo almejava um Brasil independente economicamente, vislumbrado por meio da industrialização. Os anos iniciais da República foram determinados pelos ideais positivistas e liberais, que intensificaram a migração dos italianos, e os sistemas de produção, impulsionando o surgimento da classe média, além da ascensão cafeeira, impulsionando o desenvolvimento. Assim, nesses moldes, surgiu a Constituição Republicana de 1891, guiada pelo modelo norte-americano (MELO, 2012).

No campo educacional, mantiveram-se os moldes humanistas conservadores, o que favoreceu a dominação do povo, pois os tornava apenas meros reprodutores do conhecimento, isentos da realidade. Neste período, não existia um sistema escolar definido, tão pouco, investimento em tecnologias; as aulas eram organizadas e ministradas de acordo com cada instituição de ensino. Poucos professores eram habilitados; além de mal remunerados, havia poucas escolas, os materiais eram escassos, as instalações eram precárias, raros eram os materiais pedagógicos, e muitas vezes as aulas eram ministradas por alunos que possuíam mais conhecimento sobre a matéria (MELO, 2012).

Segundo Melo (2012), a Constituição de 1981 determinava, em sua redação, a obrigatoriedade do estado sobre o processo educacional, contemplando desde a criação de instituições públicas secundárias até o ensino superior, visando à instrução e à construção científica do letramento, a formação acadêmica. Considerando as perspectivas no processo educacional, Melo (2012) descreve:

[...] Benjamin Constant, militar e educador positivista, propôs uma reforma que visava romper com a tradição humanística clássica, priorizando os conhecimentos científicos, especialmente, a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral. Ele entendia que o objetivo maior do ensino deveria ser a formação humana, baseada na ciência. Discordava, então, da forma de pensar predominante no período imperial, segundo a qual a Educação deveria ser voltada, sob uma perspectiva humanista, quase que exclusivamente, para o ingresso no curso superior (MELO, 2012, p. 42).

A proposta representava um grande avanço no processo educacional, porém, na prática, não se consolidou, sendo apenas mera reprodução do que já existia. O que houve, na verdade, foi apenas um aumento no número de disciplinas e a



orientação para um ensino enciclopédico, não efetuando nenhuma mudança substancial no modo de pensar das pessoas, tampouco no desejo de produzir conhecimento científico (MELO, 2012).

O período entre 1946 e 1964, compreendido pela Nova República, foi comandado pelo então presidente eleito, Getúlio Vargas, o qual exercia suas funções por meio de um sistema ditatorial, legitimado pela Constituição de 1937, promulgada após o golpe de estado. O modelo político-econômico nacional adotado seguia o modelo desenvolvimentista norteado na industrialização e no desenvolvimento de ações populistas. Esse período foi marcado por diversas conquistas, dentre elas, os trabalhadores ganharam direitos e foram beneficiados com órgãos trabalhistas e as mulheres conquistaram seu direito ao voto. Em relação à educação,

[...] tornou-se obrigatória e gratuita para os alunos do primário. A partir daí, o ensino assumia característica dualista, isto é, para os que queriam cursar a faculdade, era oferecido o ensino secundário; para os que objetivavam emprego imediato, o ensino era profissionalizante. A preocupação com o ensino técnico-profissionalizante favoreceu o surgimento do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. As universidades também foram criadas neste período. Contudo, o investimento na educação concentrou-se principalmente no sul e sudeste do Brasil, o que aumentou as desigualdades regionais (MELO, 2012, p. 55).

De acordo com Melo (2012), a educação sem dúvida foi marcada por avanços significativos, porém, os índices de analfabetismo, embora tenham sido reduzidos, ainda assim eram bastante significativos. O caráter elitista, reprodutor, desprovido de ciência, ainda continuava se perpetuando.

No ano de 1946, tornou-se presidente eleito o General Eurico Gaspar Dutra, um dos responsáveis pela saída de Vargas do poder. Neste ano em questão, também foi promulgada a 5ª Constituição Federal, esta de caráter liberal e democrático. Os primeiros anos do mandato do presidente Dutra foram caracterizados pelo aumento desenfreado da inflação, motivados pelos gastos supérfluos (MELO, 2012). Entre as atividades desenvolvidas em seu mandato,

[...] Dutra elaborou o primeiro plano global nacional, conhecido como Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia; pavimentou a Rodovia Rio-São Paulo (Via Dutra); e criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), explorando os recursos naturais da Cachoeira de Paulo Afonso (MELO, 2012, p. 57).



Getúlio Vargas retorna à presidência, indicado pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Progressista (PSP), sendo eleito democraticamente pelo povo (MELO, 2012). Durante seu mandato, o então presidente

[...] Vargas elaborou um Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico denominado LAFER, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (criado em 1951). Fundamentado em ideais nacionalistas, priorizava investimentos nas indústrias de base, principalmente nas siderúrgicas e petroquímicas, bem como visava desenvolver os setores de transporte, energia e tecnologia agrícola. Criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o seguro agrário e a Carteira do Comércio Exterior (CACEX). Outra decisão de caráter nacionalista foi a criação, em 1953, da empresa petrolífera Petrobrás, que teria o monopólio da perfuração e refinarias de petróleo em solo brasileiro (MELO, 2012, p. 57).

Segundo Melo (2012), a 5ª Constituição defendia o direito à Educação a todos, condição expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Considerando o direito atribuído de que educação é direito de todos, e, assim, ações deveriam ser direcionadas para que todos tivessem acesso a ela, alguns investimentos foram feitos na educação, como a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNP), e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951; a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), em 1954.

Já na presidência de Juscelino Kubitschek, foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no ano de 1955 (MELO, 2012). Por fim, em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, cujo Art. 1º destaca: “A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1961, s.p.). Com o fim da ditadura Vargas, no ano de 1945, o país passa a vivenciar um período de mudanças e redemocratização.

Adotando o discurso de democratização do ensino, a partir de 1970, o governo militar deu início à municipalização do ensino de 1º grau, intermediando a implementação de um novo sistema educacional no país. No entanto, por trás desse discurso, estava oculta a desobrigação do estado com relação à Educação Básica, já que a municipalização estava prevista na Lei 5.692/1971 (CASCABEL, 2021).

De acordo com a redação da Lei 5.692/71, Art. 1º, “O ensino de 1º e 2º graus



tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971, s.p.). Outro ponto de destaque é a intencionalidade do acesso educacional, obrigatório e gratuito estendido a todos.

As proposições determinadas no plano Educacional, de modo geral, reivindicavam a ampliação do acesso à educação, assim:

A democratização da educação escolar, definida pelo campo democrático de massas nos anos de 1980, enfatizava um patamar mais elevado, tanto do acesso quanto da permanência das crianças das camadas populares nas escolas do ensino fundamental, embora sob um ponto de vista mais abrangente, a principal bandeira de luta desse mesmo campo se direcionasse principalmente para a conquista do ensino público, gratuito universal e de qualidade (NEVES, 2002, p. 164 *apud* CASCABEL, 2021, p. 11-12).

Como resultado de grandes esforços, os anseios educacionais avançaram e se materializaram em uma ampla discussão sob um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que se iniciou em 1988 e 1989 (CASCABEL, 2021).

A Constituição Federal de 1988 tornou-se um grande marco na garantia de direito, bem como o compromisso de investimento de recursos em educação pública. Nesse sentido, a V Conferência Brasileira de Educação discutiu propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que resultou no documento “Declaração de Brasília”, que indicava questões relevantes no controle das ações do Executivo sob a Educação e a instalação de um Sistema Educacional (KIPNIS, s.d.).

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 205, apresenta a educação como direito fundamental comum dividido entre Estado, família e sociedade, ao considerar que

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 1).

Congruente aos direitos e deveres estabelecidos, o Art. 210 apresenta a seguinte redação, considerando o âmbito escolar: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e



respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, p. 2).

Norteados pelo marco constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu inciso IV, Art. 9º, determina que cabe à União

[...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996, s.p.).

A Lei de Diretrizes e Bases, em seu Art. 26, estabelece ainda que o currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio devem possuir base nacional comum, as quais devem ser contempladas em cada sistema de ensino e instituição escolar, por partes diversificadas pelas características regionais, locais, culturais e econômicas dos estudantes (BRASIL, 1996).

A partir da LDB, novos avanços foram registrados, leis e decretos foram estabelecidos buscando o desenvolvimento da educação e o acesso igualitário. Contudo, essa abordagem é conteúdo para outra discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contextualização histórica buscou-se conhecer a trajetória da Educação no Brasil, é a sua importância no autorreconhecimento de que somos frutos da própria história, na construção ideológica social de um ser autônomo, reflexivo, pensante e atuante na sociedade.

A história da Educação no Brasil, aponta inicialmente para uma educação elitista, e doutrinária, designada a poucas pessoas da elite e a dominação dos nativos, contudo, com o desenvolver da história, a educação passou a assumir uma nova postura na busca pela democratização das competências para a vida social, se legitimando na defesa das diferenças sociais.

Percebe-se que no desenvolvimento da história da Educação, a busca pela constituição dos saberes e a transmissão do conhecimento nos espaços escolares, assumindo um papel preponderante na vida das pessoas, relacionada ao campo social, político, econômico, social e cultural.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Trad. BOSSI, A. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia geral e Brasil**. Editora Moderna. São Paulo -SP, 2012.

BRASIL. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei 4.024/61. Brasília- DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. **Artigo 1 da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971**. Lei 5692/71. Brasília- DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 mar. 2022

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Seção que pactua a educação como direito de todos. Capítulo III da Educação, da cultura e do desporto seção I da Educação. Brasil, 1988. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 4 mar.2022. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.

CASCAVEL. **Currículo para Rede Pública Municipal e Ensino de Cascavel. Volume II Ensino Fundamental -Anos Iniciais**. 546 p. Cascavel/PR, 2021.. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09072009_curra_culo_para_rede_peblica_municipal_de_ensino_de_cascavel_-_ensino_fundamental_-_anos_iniciais.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6.ed.-São



Congresso Internacional de Educação

Formação de professores e professoras para a educação
básica, diversidade, tecnologias e pesquisa científica

1º Congresso Internacional de Educação



01 a 06 de Junho de 2023



FACULDADE
ASSIS GURGACZ
TOLEDO



PÓS-GRADUAÇÃO
em Pedagogia



Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KIPNIS, B. **Educação Brasil**: As principais políticas públicas das últimas três décadas. V Conferência Brasileira de Educação, 2 a 05 de agosto de 1988.

Disponível em:

https://linhasdotempo.fundacaofhc.org.br/educacao/?gclid=Cj0KCQiA64GRBhCZARIsAHOLriKc55yGrxIUwudLwZc_89eqV_u_LzRNO2AaEQd85rpCIm7pxjbCgAsaAgLG_EALw_wcB. Acesso em: 03 mar. 2022

MELO, J. M. S. de. **História da Educação no Brasil**. Ministério da Educação Universidade Aberta do Brasil. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Diretoria de Educação a Distância. 95f. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.